

EDITORIAL

Mais um ano, mais um século, mais um milênio. Que outros de mais inflamado verbo e mais engenho e arte falem do tempo que foi e do que será. Nós que fazemos a revista Avaliação só queremos dizer a nossos leitores e assinantes e às instituições que nos vêm ajudando: **MUITO OBRIGADO E UM PRÓSPERO MILÊNIO NOVO.** Por nós fale Eduardo Galeano:

“Já está nascendo um novo milênio. Não dá para levar o assunto muito a sério: afinal, o ano 2001 dos cristãos é o ano 1379 dos muçulmanos, o 5114 dos maias e o 5762 dos judeus. (...) Temos uma única certeza: no século vinte e um, se ainda estivermos aqui, todos nós seremos gente do século passado e, pior ainda, do milênio passado.

Embora não possamos adivinhar o tempo que será, temos, sim, o direito de imaginar o que queremos que seja. Em 1948 e em 1976 as Nações Unidas proclamaram extensas listas de direitos humanos, mas a imensa maioria da humanidade só tem o direito de ver, ouvir e calar. Que tal começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar? Que tal delirarmos um pouquinho? Vamos fixar o olhar num ponto além da infâmia para adivinhar outro mundo possível:

o ar estará livre de todo veneno que não vier dos medos humanos e das humanas paixões;

nas ruas, os automóveis serão esmagados pelos cães;

as pessoas não serão dirigidas pelos automóveis, nem programadas pelo computador, nem compradas pelo supermercado e nem olhadas pelo televisor;

o televisor deixará de ser o membro mais importante da família e será tratado como o ferro de passar e a máquina de lavar roupa;

as pessoas trabalharão para viver, ao invés de viver para trabalhar;

será incorporado aos códigos penais o delito da estupidez, cometido por aqueles que vivem para ter e para ganhar, ao invés de viver apenas por viver, como canta o pássaro sem saber que canta e como brinca a criança sem saber que brinca;

em nenhum país serão presos os jovens que se negarem a prestar o serviço militar, mas irão para a cadeia os que desejarem presta-lo;

os economistas não chamarão nível de vida ao nível de consumo, nem chamarão qualidade de vida à quantidade de coisas;

os cozinheiros não acreditarão que as lagostas gostam de ser fervidas vivas;

os historiadores não acreditarão que os países gostam de ser invadidos;

os políticos não acreditarão que os pobres gostam de comer promessas;

o mundo já não estará em guerra contra os pobres, mas contra a pobreza, e a indústria militar não terá outro remédio senão declarar-se em falência;

a comida não será uma mercadoria e nem a comunicação um negócio, porque a comida e a comunicação são direitos humanos; ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão;

os meninos de rua não serão tratados como lixo, porque não haverá meninos de rua;

a educação não será um privilégio de quem possa pagá-la;

seremos compatriotas e contemporâneos de todos os que tenham aspiração de justiça e aspiração de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem nem um pouco as fronteiras do mapa ou do tempo”

(Eduardo Galeano, *De Pernas pro Ar.*

A Escola do Mundo ao Averso,

LP&M Editores, 2000, páginas 341 a 344).

O leitor certamente concordará que essa longa porém incompleta citação e o muito mais que há no livro é uma candente crítica mas também um vigoroso convite ao sonho que temos que tornar realidade, para que o futuro não seja a continuação deste mundo ao avesso. Com Eduardo Galeano, é preciso acreditar que “*embora estejamos malfeitos, ainda não estamos terminados; é a aventura de mudar e de mudarmos que faz com que valha a pena esta piscadela que somos na história do universo, este fugaz calorzinho entre dois gelos*” (p.337). Afinal, como diz um de seus personagens, mago da harpa nos altiplanos da Colômbia, após ser roubado e moído a bordo das mulas: “*levaram as mulas...levaram a harpa...mas não levaram a música*” (p. 336).

continua...

Este número de *Avaliação*, o décimo oitavo de sua história, apresenta um conjunto de artigos que acreditamos de interesse daqueles que se preocupam com a educação superior. Começamos pelo artigo da doutora **Nina Ranieri**, que traz enorme contribuição ao Direito Educacional e a todos que buscam entender também os fatos no campo da Educação Superior. A autora aborda neste artigo sobretudo os temas da expressiva presença do Estado brasileiro na Educação Superior, bem como as relações entre a União, os Estados e as IES, públicas e privadas. O papel da avaliação é aí estratégico. **José Luiz Domingues** e **João Ferreira de Oliveira** traçam um interessante panorama do sistema de avaliação imposto pelo MEC no último quinquênio, mostrando a lógica principalmente do SAEB, ENEM e do ENC. **Cristina Contera** elabora uma rica reflexão sobre a importância da avaliação institucional para as universidades de nossa América Latina, Região de muita pobreza e baixa intensidade democrática (mais uma vez é oportuno lembrar o livro de seu conterrâneo Eduardo Galeano). **Eronita Barcelos** se baseia na instigante experiência de avaliação de sua Unijuí para tematizar sobre os referenciais de uma avaliação universitária. **Dilvo Ristoff** apresenta e comenta os padrões para avaliação de programas educacionais, segundo propõe o Joint Committee norte-americano. Du-

plo é o interesse deste texto, consistindo tanto no documento mesmo desse Comitê, que reúne algumas das mais importantes autoridades em avaliação e fomenta o uso das habilidades na área, quanto nos comentários e observações de Ristoff. **Márcia Brito** et al. analisam o ENEM, mais propriamente a prova desse Exame Nacional de Ensino Médio aplicada à matemática. O texto de **Elenir Roders Budag & Mauro Rogério da Silva** discutem os resultados de um estudo sobre os egressos, como parte da avaliação institucional da Universidade Regional de Blumenau.

Mais uma vez desejamos que a mudança de século e de milênio também inaugure uma busca radical de transformação da sociedade, fundada nos valores universais e permanentes de justiça social, equidade, democracia, liberdade, paz, solidariedade, desenvolvimento econômico e cultural etc, como já dizíamos há exatamente um ano. Se as universidades são edificadas para o benefício do conjunto da sociedade, a sua avaliação só pode ser fator de fortalecimento dessa instituição e das pessoas que a constroem, atuando no sentido de iluminar a produção da melhora. Críticos e esperançosos afrontamos os próximos tempos. Que o futuro não seja simplesmente uma outra palavra para designar o passado.

José Dias Sobrinho - editor

Conselho Editorial

O Conselho Editorial conta com dois novos membros, que chegam para enriquecer ainda mais a revista *Avaliação*. Uma breve apresentação basta para dar idéia de sua importância na área da educação superior e da avaliação educacional.

Carmen García-Guadilla é psicóloga, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (CENDES-UCV) e em Educação Internacional Comparada (Stanford University) e doutora em Estudos Sociais da Educação (Université René Descartes, Paris). Trabalhou vários anos na CRESALC-UNESCO, Caracas, e atualmente é professora e pesquisadora no CENDES, da Universidade Central da Venezuela. É autora de vários livros, dentre os quais *Situación y principales dinámicas de transformación de la*

educación superior en América Latina (Iesalc-Unesco- Caracas) e *Conocimiento Educación Superior y Sociedad em América Latina* (Nueva Sociedad, Caracas).

Almerindo Janela Afonso tem formação universitária em Ciências Políticas e Sociais e é doutor em Educação (Universidade do Minho). É diretor-adjunto da *Revista Portuguesa de Educação*, membro do conselho científico da revista *Cadernos de Política Social* e participa em várias associações científicas, como a *European Evaluation Society*, a *Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* e a *Associação Portuguesa de Sociologia*. Já publicou vários artigos e livros sobre avaliação educacional, administração educacional e sociologia das políticas educativas. Neste ano de 2000, publicou pela Editora Cortez o livro *Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação*.